

Aprovado por unanimidade
na reunião de 02/04/2019



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

| | |
|-------------------------------|---------------------|
| ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA | |
| Divisão de Apoio às Comissões | |
| CAM | |
| Nº Único | 628700 |
| Entrada / data nº | 153 Data 29 03 2019 |

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Agricultura e Mar

Deputado Joaquim Barreto

Lisboa, 29 de março de 2019

Assunto: Requerimento para realização de ações no âmbito da seca

Em Portugal, os cada vez mais frequentes períodos de seca, tem provocado efeitos muito negativos sobre a atividade económica e a vida das comunidades. Repercussões negativas a nível do aproveitamento agrícola e da atividade pecuária e dificuldades no acesso das populações à água, situações em que a resposta tem sido baseada em medidas de emergência, para contingência imediata dos danos.

A realidade atual evidencia a enorme fragilidade para se ultrapassar a situação de uma forma estruturada e consistente, perene no tempo. Tal fragilidade resulta das opções da política de direita protagonizada por PS, PSD e CDS, de não avançar com medidas específicas de fundo ou concretizar investimentos previstos ao longo dos anos em diversos instrumentos de planeamento, nomeadamente no Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território, nos Planos Regionais de Ordenamento do Território, no Plano Nacional da Água, nos Planos de Gestão de Regiões Hidrográficas, entre outros. A consequência desta prática é a falta de capacidade de armazenamento de água necessária para responder aos efeitos da seca, tal como é reconhecido por entidades ligadas ao sector e de utilização sustentável da água nos diferentes domínios.

No plano agrícola esta fragilidade acentua-se com o aumento dos períodos de seca e pela opção por uma agricultura, caracterizada pela intensificação do uso da água e da terra, numa lógica de acumulação de capital com efeitos nefastos a médio e longo prazos, nos planos económico, social, ambiental e paisagístico.

Se ao longo do ano de 2018 se registou um alívio face à ocorrência de períodos de seca, os meses de janeiro e fevereiro de 2019 mostram que as condições estão já a evoluir em sentido contrário, com fevereiro de 2019 a registar todo o território



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

nacional em condições de seca meteorológica, dos quais 57 % do território em seca moderada e 5 % em seca severa, quando no período homólogo de 2016, apenas 30 % do território registava condições de seca.

A análise dos dados mais recentes relativamente à Situação de Armazenamento das Albufeiras, ou seja, dados referentes a fevereiro de 2019, mostram que, com exceção das albufeiras do rio Arade e do rio Mondego, todas as restantes apresentam valores de armazenamento inferior ao valor médio (entre 1990 e 2018), destacando-se que em nenhuma das principais albufeiras se registou volumes de armazenamento superiores a 80 %, contrariamente ao observado no período homólogo de 2016. Em qualquer dos períodos sobressai o valor registado na bacia do rio Sado onde o volume armazenado é inferior a 50 % da capacidade de armazenamento.

O previsível acentuar das condições de seca continua a levantar muitas preocupações em termos das atividades agrícolas e pecuárias sendo fundamental que seja implementado de forma eficaz um conjunto de medidas capazes de mitigar os efeitos que tais condições adversas recorrentes sobre as diferentes atividades, nomeadamente agrícolas e pecuárias, assegurando ainda que os pequenos e médios produtores têm acesso efetivo a tais medidas.

Com o enquadramento descrito e no quadro da necessidade de avaliar a situação nacional face à seca e de encontrar as soluções e respostas eficazes e perene às dificuldades impostas pela condição hidrológica do país, o Grupo Parlamentar do PCP vem requerer a realização com carácter de urgência de:

- **Audição**, da Federação Nacional de Regantes de Portugal (FENAREG) e da Confederação Nacional dos Jovens Agricultores de Portugal (CNJAP).
- **Visita** da Comissão de Agricultura e Mar às zonas de abrangência dos aproveitamentos hidroagrícolas de Campilhas e Alto Sado, Mira, Veiros e Marvão e encontro com as respetivas Associações de Regantes/beneficiários

O Deputado,

João Dias